



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640044 - SC (2021/0012747-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DIEGO NICHE CALDAS
ADVOGADO : DIEGO NICHE CALDAS - SC032582
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JULIANA BECKER ALEXANDRE (PRESO)
CORRÉU : ALAN ROTTA DOS SANTOS
CORRÉU : EZÍDIO ALFREDO DOS SANTOS
CORRÉU : PAULO HENRIQUE PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JULIANA BECKER ALEXANDRE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5042858-20.2020.8.24.0000).

A paciente encontra-se preventivamente segregada há mais de 1.140 (um mil, cento e quarenta) dias, aguardando o seu julgamento perante o Tribunal de Júri, ainda não designado.

O impetrante alega que estaria configurado flagrante excesso de prazo para a formação da culpa

Sustenta que a ré poderia aguardar o julgamento em prisão domiciliar com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, incluindo monitoramento eletrônico, mormente porque possuiria 3 (três) filhos menores, uma deles de apenas 11 (onze) anos de idade.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou, não se entendendo dessa forma, a substituição da custódia por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Juízo de primeira instância acerca do andamento da ação penal objeto deste *habeas corpus*, notadamente **sobre a data para o julgamento perante o Tribunal do Júri.**

Publique-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência